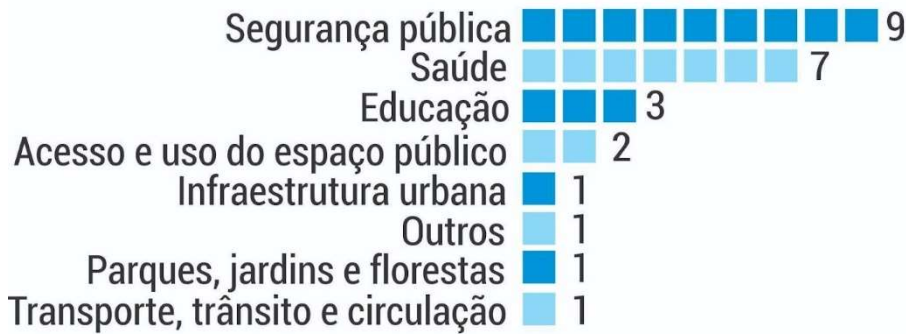


Entre os vinte e cinco conflitos analisados, a principal motivação registrada foram as manifestações atreladas à Segurança Pública, seguidos pelos protestos nos campos da Saúde e Educação. Como também tivemos dois conflitos relacionados ao Acesso e Uso do Espaço Público, ambos relacionados aos camelôs e comerciantes.

TIPOS DE CONFLITOS - ABRIL 2023



Fonte: Observatório de Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro

Em relação aos conflitos classificados como de **segurança pública**, destacaram-se as manifestações no Complexo da Maré contra as operações policiais no território. Especificamente as operações que ocorreram na Nova Holanda e que acabaram impossibilitando que diversos equipamentos públicos como escolas e unidades de saúde funcionassem nos dias das operações policiais.

De acordo com a reportagem do RJTV no dia cinco de abril, durante a ação policial ocorreram confrontos com integrantes das facções criminosas, e dez homens participantes dos grupos armados da comunidade correram para dentro do CIEP Elis Regina, localizado na Nova Holanda. No momento que os agentes policiais encurralaram os traficantes na unidade escolar, moradores e parentes dos homens escondidos no CIEP começaram a realizar uma manifestação no terreno da escola, visando impedir qualquer tipo de execução dos civis armados. Os soldados do BOPE negociaram a rendição dos membros do tráfico que estavam escondidos na unidade escolar, que se entregaram sem resistência. Não havia crianças na unidade escolar no momento da ação, pois as aulas haviam sido canceladas antes do horário de entrada na instituição.

No mesmo dia do ocorrido, moradores protestaram contra a operação policial. O protesto ocorreu mediante o fechamento da pista lateral da Avenida Brasil, na altura da favela Nova Holanda, na Maré. Manifestantes construíram barricadas com lixo e atearam fogo para dificultar a reabertura da via.

Fonte: RJTV



No dia seguinte ao ocorrido, a vereadora Luciana Boiteux (PSol) repudiou, na Câmara Municipal, operação da Polícia Militar dentro do CIEP Elis Regina, na favela da Maré. Conforme os vídeos que circulam nas redes sociais, a operação ocorreu em horário de aula e exatamente no dia que a escola estava fazendo um evento de Páscoa, estando, portanto, cheia de crianças e responsáveis. A parlamentar informou que a ação da polícia viola a decisão da ADPF 635, que proibiu operações policiais dentro de escolas. Nesse sentido, a vereadora criticou a lógica da militarização e da execução de pessoas como política de segurança pública, pois gera esse tipo de ação por parte do Estado. Luciana informou que iria submeter o tema à Comissão de Educação.

A vereadora endossou no final sua solidariedade e repúdio com a ação, dizendo:

"Então, minha solidariedade a toda a comunidade escolar do CIEP Elis Regina e meu repúdio, total repúdio a essa ação que colocou em risco vida de crianças, vida de profissionais. É necessário que se cobre uma política que respeite os Direitos Humanos e que não exponha as nossas crianças a essa violência. Já tivemos uma criança executada dentro de uma escola. Essa tem sido a lógica dos moradores de favela, em especial da população negra da nossa cidade."

Em relação aos conflitos de **saúde**, a precarização dos hospitais federais foram pauta durante o mês de abril, se enquadrando em conflitos que têm como origem a cidade toda. Segundo a reportagem do dia quatro no RJTV, 300 leitos nos seis hospitais federais estão fechados, pacientes e familiares denunciaram as longas esperas; no Hospital Federal de Bonsucesso, por exemplo, funcionava com apenas 59% da capacidade. O paciente Valdo aguardava desde agosto de 2022 uma vaga para o tratamento de câncer de pele e sua filha já reclamou na ouvidoria do SUS. Entretanto, o diretor do departamento de gestão hospitalar do ministério da saúde no Rio, Alexandre Teles, afirmou que a rede federal está atendendo mais do que no início do ano.

O Hospital do Fundão tem 144 leitos fechados, de acordo com a reportagem do dia cinco ao RJTV. A comissão de saúde da Câmara de Vereadores vistoriou a ala do prédio e percebeu que muitos aparelhos estavam parados, áreas de UTI desativadas e enfermarias utilizadas como depósitos. O hospital devia conseguir abrir alguns leitos em parceria com a FIOTEC/Fiocruz. Além do Hospital do Fundão, juntando os hospitais federais e os universitários, são mais de 600 leitos fechados. A Câmara de Vereadores vai fazer uma audiência pública para discutir soluções sobre os leitos da rede pública.

No dia quinze, liderados pelo deputado federal Daniel Soranz (PSD), integrante da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, parlamentares realizaram fiscalizações em vários hospitais federais na cidade do Rio de Janeiro. Durante a ação, os deputados se depararam com diversos problemas como andares vazios e mau uso do censo hospitalar. Segundo Daniel Soranz, quando um paciente recebe alta o leito não é automaticamente disponibilizado no sistema de saúde, constando como ainda ocupado, e impedindo o uso por novos pacientes.

Posteriormente, um relatório realizado pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, que vistoriou nove hospitais da rede federal do Rio de Janeiro, revelou problemas graves nas unidades hospitalares federais no território carioca. O documento apresentado ao Ministério da Saúde, revelou inúmeros problemas associados à gestão

das unidades de saúde como salas de atendimento fechadas, leitos vazios, funcionários-fantasmas, pacientes-fantasmas, déficit estimado em torno de 10 mil profissionais.

Outro tema de conflito presente foram os motivados pela questão da **educação**: o massacre na Escola Municipal Tasso da Silveira em Realengo completou 12 anos. Devido à data, familiares das vítimas e integrantes de movimentos sociais fizeram um ato em memória dos 12 estudantes mortos e mais de 20 feridos, também relataram à equipe do RJTV da necessidade de mais políticas públicas para o combate das violências no ambiente escolar.

Também tivemos em abril, ataques em algumas escolas além de uma onda de 'fakenews' sobre falsos ataques. Em relação a isso, a vereadora Thais Ferreira (PSOL) utilizou a Plenária para cobrar medidas eficazes da prefeitura com relação ao cuidado com a saúde mental, dos alunos e familiares, e com a segurança em sala de aula. Enquanto presidenta da Comissão do Direito da Criança e do Adolescente, a vereadora informou que solicitou um Requerimento de Informação sobre a situação da saúde mental e da segurança nas escolas. Segundo ela, havia um projeto da prefeitura com a Cruz Vermelha, intitulado "Acesso Mais Seguro", que foi renovado em 2021, entretanto não há grandes informações sobre como o programa tem sido aplicado.

Segundo a parlamentar, eles estavam recebendo nos canais institucionais, e nos canais pessoais, diversos relatos de pânico e medo, que estavam fazendo com que os pais não levassem seus filhos à escola. A vereadora ainda falou sobre a necessidade de ampliar o alcance da Ronda Escolar, feita pela Guarda Municipal, além do treinamento efetivo para que eles saibam lidar com a situação. Thais falou sobre o projeto de Lei nº 1641/2022, que visa instituir nas escolas municipais práticas restaurativas de mediação, chamadas de mediações transformativas.

"A gente já apresentou esse projeto de lei. Estamos correndo para que ele possa tramitar, para que ele possa ser aprovado também. Estamos estudando outras medidas, junto de outros vereadores, para o reforço de protocolos já existentes, porque a gente está reafirmando o tempo todo: não basta ter um programa em uma gestão em que existe um acordo com uma instituição; nós precisamos de políticas públicas perenes, que se mantenham, para que, quando esses fatos ocorrerem e possamos evitar que esses fatos ocorram, estejam disponíveis protocolos melhores e mais efetivos para garantia de segurança."

A vereadora ainda informou que a Comissão enviou uma série de perguntas para a Secretaria de Educação, a fim de entender quanto a prefeitura investe atualmente na segurança dos alunos.

O vereador Vitor Hugo (MDB) se manifestou no Plenário sobre os dois casos de tentativa de violência registrados na cidade. No dia 10/04/2023, a polícia encontrou um aluno com uma faca, em Ramos, na Escola Nerval. O outro caso, na Ilha do Governador, no dia 13/04/2023, na escola Tia Lavôr, um menino entrou com uma faca com o intuito de atentar contra a própria vida.

O parlamentar informou que essa situação tem causado pânico nas escolas, tanto que, no caso da Ilha do Governador, uma menina chegou a cair do segundo andar, porque correu para janela tentando fugir. Vitor informou que já está em tramitação um projeto de sua autoria para garantir presença obrigatória de agentes da Guarda Municipal nas escolas e creches. Além disso, o vereador protocolou uma indicação legislativa para que haja implantação de segurança, câmera e detector de metais nas escolas.

O vereador afirmou que é preciso que as crianças fiquem seguras nas escolas e os pais fiquem tranquilos em casa. Segundo ele:

"Então, aqui é um apelo à Prefeitura do Rio de Janeiro, à Secretaria Municipal de Segurança e a Secretaria Estadual de Segurança, também, para que a gente consiga dar mais segurança às nossas crianças e para que os pais consigam ficar mais tranquilos em seus trabalhos, em suas residências."

O vereador Felipe Michel (PROGRESSISTAS) endossou a fala do vereador e afirmou que era importante que os parlamentares pressionassem a prefeitura a dar mais atenção à questão da saúde mental nas escolas. Felipe afirmou que é preciso aumentar o número da Rede de Proteção Psicossocial nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPs), e implementar tal modalidade dentro das escolas.

Ocorreram dois conflitos de Acesso e Uso do espaço público. O primeiro foi um ato realizado por camelôs, que se acorrentaram na porta da câmara de vereadores para reclamar da falta de reconhecimento profissional da categoria e também da violência em ações da prefeitura

contra os vendedores ambulantes, principalmente no bairro de Copacabana. Segundo o secretário de ordem pública, Breno Carnevalli, a prefeitura faz um trabalho de inteligência para apreender mercadoria de procedência considerada “duvidosa”. Entre as reivindicações do grupo está a descriminalização da profissão entre outras medidas que possam melhorar a situação desses trabalhadores. Os manifestantes questionaram também o prefeito Eduardo Paes, cobrando do mesmo as medidas prometidas durante sua campanha eleitoral, que melhorariam as condições dos camelôs no Rio de Janeiro.

Manifestantes do Movimento Unido do Camelôs - MUCA
Fotografia/Kadu Barros Fonte: Brasil de Fato



AGENTE MOBILIZADO NOS CONFLITOS - ABRIL 2023

Grupo de amigos e/ou parentes	■ ■ ■ ■ ■ ■ ■ ■	8
Parlamentares	■ ■ ■ ■ ■ ■ ■	7
Moradores ou vizinhos	■ ■ ■	3
Populares	■ ■ ■	3
Camelôs, feirantes e artesãos	■ ■	2
ONGs	■	1
Outros	■	1

Fonte: Observatório de Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro

Nos conflitos registrados em abril, o principal agente mobilizado foram grupos de amigos e/ou parentes, em parte relacionados aos conflitos de segurança pública, cuja motivação estavam

associadas a mortos por policiais, sobretudo em operações nas favelas, e outras manifestações na área da saúde, decorrente de leitos fechados que fazem com que o tempo na fila por tratamento seja maior.

AGENTE CONTESTADO NOS CONFLITOS - ABRIL 2023



Fonte: Observatório de Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro

O Governo Municipal foi o agente mais contestado em abril, sendo questionado mediante conflitos de educação, com a exigência de uma ação direta do município sobre os ataques em escolas e as fake news que afetam a saúde mental de alunos, professores e pais.

O Governo Estadual foi questionado em casos de segurança pública, como, por exemplo, o caso da morte da menina Ester de Assis Oliveira. Antônio Carlos Costa, fundador da ONG “Rio de Paz”, reivindicou justiça às autoridades para o caso de Ester.

“O que o Governo Federal e Estadual estão fazendo para dar o fim a esse banho de sangue que tem representado a morte de meninos e meninas de comunidades pobres do Rio?”, questionou.

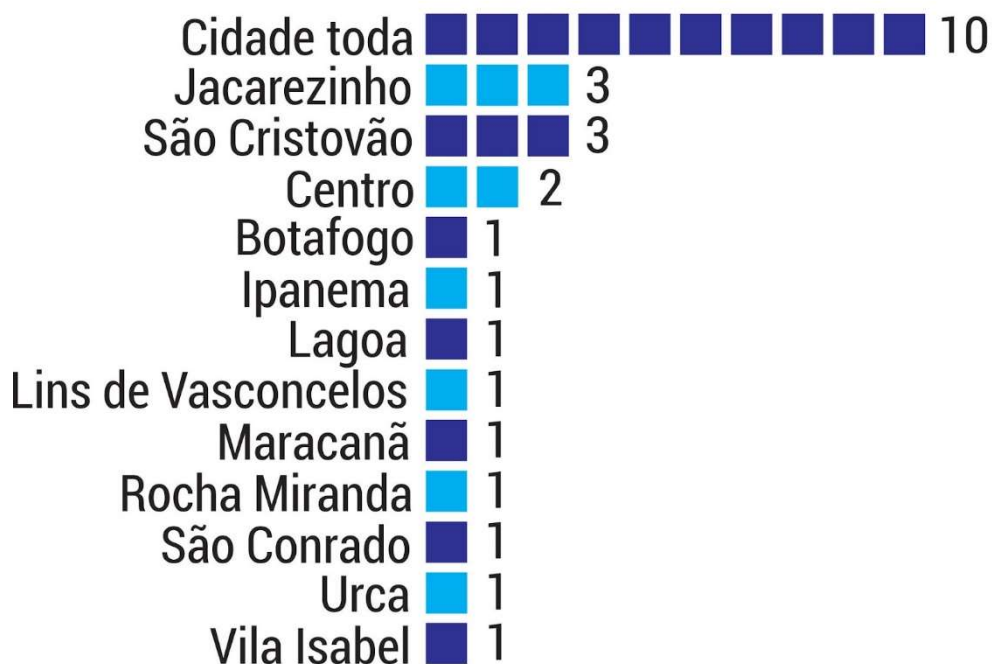
Segundo a Rio de Paz, a pequena é a 94ª criança morta pela violência no estado do Rio desde 2007, quando a ONG começou a contabilizar os casos. A menina Ester foi atingida quando voltava da escola durante uma troca de tiros entre facções rivais, na comunidade do Cajueiro, em Madureira, Zona Norte do Rio. Além disso, João Vítor Brander, de 19 anos, também foi baleado.

O Poder Judiciário também foi questionado por parentes e amigos de João Gabriel que foi morto atropelado pelo modelo Bruno Krupp. Os manifestantes fizeram um protesto na Barra da Tijuca, gritando palavras de ordem contra a soltura do modelo que estava preso desde agosto de 2022, acusado de atropelar e matar o adolescente João Gabriel. Bruno foi solto após conseguir um habeas corpus por uma decisão do Ministro Rogério Cruz do Superior Tribunal de Justiça.

Maio de 2023

No mês de maio de 2023 tivemos um total de vinte e sete conflitos registrados pela equipe do Observatório de Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro. Assim como no mês de abril, parte considerável dos conflitos registrados tiveram como motivação problemas que afetam a cidade na totalidade e não apenas em um bairro específico. Para além das conflituosidades que se manifestaram tendo a totalidade da urbe carioca como elemento de disputa, foi possível identificar protestos localizados em doze bairros.

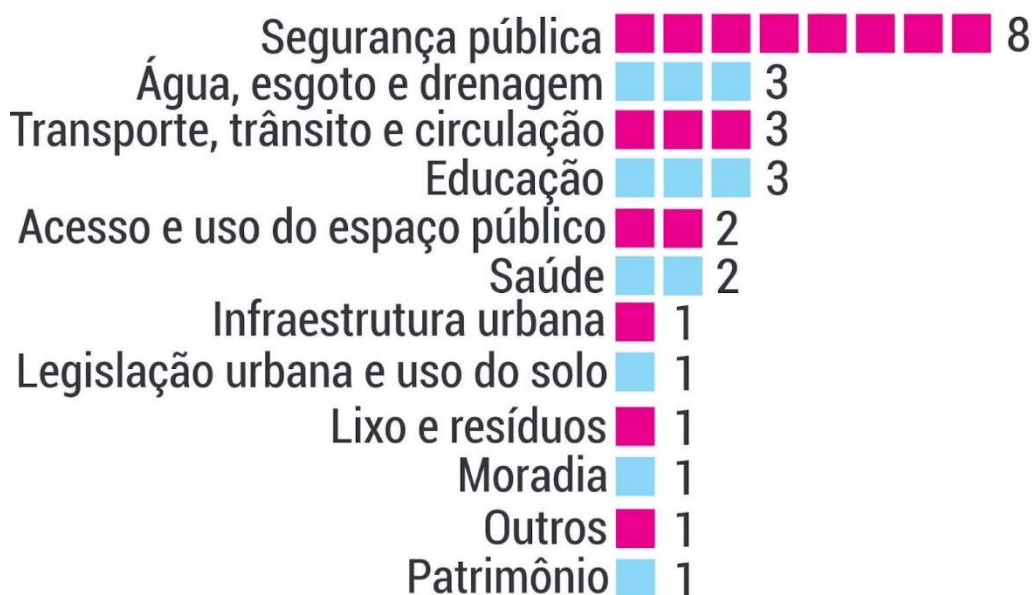
CONFLITOS POR BAIRROS - MAIO 2023



Fonte: Observatório de Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro

Entre os vinte e sete conflitos analisados, a principal tipologia registrada foram as manifestações atreladas à Segurança Pública, seguido pelos protestos envolvendo “água, esgoto e drenagem”, e “transporte, trânsito e circulação”. No total, foram doze tipos de conflitos distintos registrados na base de dados do Observatório de Conflitos Urbanos.

TIPOS DE CONFLITOS - MAIO 2023



Fonte: Observatório de Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro

Em relação aos conflitos de **segurança pública**, destacaram-se os três conflitos ocorridos na favela do Jacarezinho. O primeiro deles, verbalizado no plenário da Câmara Municipal do Rio de Janeiro pela vereadora Monica Cunha (PSol), que lembrou a chacina ocorrida no Jacarezinho em 2021. A parlamentar comentou sobre as 28 vítimas dessa ação policial na comunidade,

indicando a luta das mães que exigem justiça pelas mortes de seus filhos, afirmando ainda, que três dessas mães faleceram em decorrência de não suportarem a dor da perda.

O segundo conflito no Jacarezinho foi realizado mediante a situação de violência no local, onde moradores se manifestaram contra os intensos tiroteios na região, segundo um participante do ato, até granadas estariam sendo utilizadas nas incursões dos agentes da Polícia Militar. Por último, uma manifestação puxada por moradores protestou contra o Governo do Estado do Rio de Janeiro. Os manifestantes afirmaram que o Programa Cidade Integrada não integrou a comunidade ao resto da cidade. Carregando cartazes com diversas mensagens, os(as) manifestantes pediam pelo fim dos constantes conflitos entre policiais e grupos criminosos locais, solicitando a presença do Estado na favela mediante o estabelecimento de políticas que possam melhorar a qualidade de vida no local.

No Centro do Rio de Janeiro, duas manifestações lembraram casos de violência que ocorreram anos atrás. O primeiro deles, foi um ato em memória de João Pedro, adolescente de 14 anos morto enquanto brincava em casa. A segunda manifestação lembrou do caso Kathlen Romeu, assassinada durante uma operação policial no Complexo do Lins, na Zona Norte do Rio de Janeiro, o ato aconteceu no mesmo dia da primeira audiência de instrução e julgamento dos PMs acusados de atirar contra a jovem. Entre as testemunhas que realizaram depoimentos estavam a avó de Kathlen, Sayonara e a mãe da vítima Jackeline Oliveira, que relataram para os magistrados suas versões sobre o ocorrido no fatídico dia da morte da jovem. Ao final da sessão, um protesto realizado por parentes de Kathlen e de outras vítimas da violência nas favelas cariocas, que estenderam cartazes e faixas pedindo por justiça e o fim da violência nas periferias. A manifestação foi realizada em frente ao Tribunal de Justiça, no Centro do Rio de Janeiro.

Caminhoneiros protestaram por toda a cidade contra a falta de segurança para o transporte de cargas na cidade do Rio de Janeiro. Segundo os manifestantes, houve um aumento no número de cargas roubadas que passam pela Avenida Brasil, sobretudo na altura da favela Nova Holanda, na Maré.

Os conflitos associados ao tipo **Água, Esgoto e Drenagem** geraram manifestações em diversas partes da cidade. Um ato realizado por moradores de diversos bairros questionou o aumento no valor das contas de água. Os manifestantes indicaram que em algumas áreas da cidade o aumento chegou a 300%, depois que a empresa Águas do Rio assumiu os serviços de água e esgoto.

Em Vila Isabel, moradores da região se manifestaram contra a falta de água que tem acometido a região nos últimos tempos. A empresa responsável pelo abastecimento de água afirmou que os problemas aconteceram devido a problemas no registro de distribuição localizado no Maracanã, e que estava trabalhando para reparar a situação. Na favela Santa Marta, em Botafogo, os moradores protestaram contra a frequente queda na distribuição de água no morro. Segundo os manifestantes, a água tem chegado no Santa Marta imprópria para consumo, impactando moradores e infraestruturas públicas como creches e escolas.

Os conflitos vinculados a **Transporte, Trânsito e Circulação** foram mobilizados por parlamentares que se manifestaram contra os problemas de mobilidade no Rio de Janeiro. O vereador Felipe Michel (Progressistas), se manifestou contra a empresa Rio Ônibus, devido a sua falta na Audiência Pública para falar sobre o transporte na cidade. Segundo o parlamentar, a empresa não enviou nenhum representante, faltando o respeito com a Câmara e com a população.

A vereadora Thais Ferreira (PSol) cobrou publicamente a solicitação para a instalação de lombadas, para fim de redução de velocidade, na Avenida dos Italianos, em Rocha Miranda. Segundo a parlamentar, o pedido partiu de uma cobrança que parte dos moradores fizeram ao seu mandato. No entanto, até então, a indicação não havia sido atendida, o que contribuiu para a manutenção da insegurança dos pedestres no local. A vereadora informou que já havia procurado os órgãos competentes, mas não obteve repostas.

Foi registrada uma manifestação atrelada ao **Patrimônio Histórico**, onde o vereador Edson Santos (PT) trouxe para a plenária da Câmara Municipal a discussão sobre o projeto de modificação do Pão de Açúcar, promovido pela Companhia Caminho Aéreo Pão de Açúcar, que classificou como "risco iminente" de descaracterização do conjunto da cidade como patrimônio da humanidade. Segundo o vereador, por interesses mercadológicos, "a implantação de cinco tirolesas no Pão de Açúcar colocam em risco a titulação da cidade".

A posição do vereador foi baseada também no alerta do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos), que é uma ONG que presta assessoria para a Unesco sobre o tema. A ONG informou sobre o risco do Rio de Janeiro perder o título de patrimônio. O parlamentar informou que promoveu uma audiência pública sobre o tema, em conjunto com a Comissão de Cultura, com representantes da sociedade civil, do poder Executivo municipal e do Iphan. O posicionamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional trouxe incomodo ao vereador, pela sua inércia com relação ao projeto.

AGENTE MOBILIZADO NOS CONFLITOS - MAIO 2023



Fonte: Observatório de Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro

A maioria dos conflitos de maio teve como agente mobilizador moradores diretamente representados por parlamentares da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, que protestaram em diversos campos de conflito, descartando-se as manifestações associadas à segurança pública e aos transportes na urbe carioca. **Populares** também foram importantes agentes mobilizadores de conflitos, expondo problemas locais, sobretudo nas favelas cariocas. **Grupo de amigos e/ou parentes** são responsáveis por inúmeras manifestações envolvendo mortes pela cidade, principalmente nas periferias.

AGENTE CONTESTADO NOS CONFLITOS - MAIO 2023



Fonte: Observatório de Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro

O Governo Municipal, principal agente contestado, foi questionado em relação ao acesso e uso do espaço público, educação, infraestrutura, legislação urbana, moradia e transportes. A Polícia Militar foi o principal alvo de manifestantes em relação à segurança pública, sendo questionada suas ações nas favelas cariocas, em especial no Jacarezinho.

O Governo Estadual foi contestado no campo da segurança pública, sobretudo devido às ações do Programa Cidade Integrada, e na área da educação, mediante a greve de professores do Estado do Rio de Janeiro. O governo Federal teve um único questionamento associado as condições dos hospitais federais cariocas, com destaque para a unidade de saúde da Lagoa.

O Governo Municipal foi o agente mais contestado em abril, sendo questionado mediante conflitos de educação, com a exigência de uma ação direta do município sobre os ataques em escolas e as 'fakenews' que afetam a saúde mental de alunos, professores e pais.

O Governo Estadual foi questionado em casos de segurança pública, como, por exemplo, o caso da morte da menina Ester de Assis Oliveira. Antônio Carlos Costa, fundador da ONG "Rio de Paz", reivindicou justiça às autoridades para o caso de Ester.

"O que o Governo Federal e Estadual estão fazendo para dar o fim a esse banho de sangue que tem representado a morte de meninos e meninas de comunidades pobres do Rio?", questionou.

Segundo a Rio de Paz, a pequena é a 94ª criança morta pela violência no estado do Rio desde 2007, quando a ONG começou a contabilizar os casos. A menina Ester foi atingida quando voltava da escola durante uma troca de tiros entre facções rivais, na comunidade do Cajueiro, em Madureira, Zona Norte do Rio. Além disso, João Vitor Brander, de 19 anos, também foi baleado.

O Poder Judiciário também foi questionado por parentes e amigos de João Gabriel que foi morto atropelado pelo modelo Bruno Krupp. Os manifestantes fizeram um protesto na Barra da Tijuca, gritando palavras de ordem contra a soltura do modelo que estava preso desde agosto de 2022, acusado de atropelar e matar o adolescente João Gabriel. Bruno foi solto após conseguir um habeas corpus por uma decisão do Ministro Rogério Cruz do Superior Tribunal de Justiça.